

NAÇÃO E IDENTIDADE EM *MAYOMBE* DE PEPETELA

Adriano Carlos Moura
Instituto Federal Fluminense

Considerações iniciais

Que efeitos a guerra colonial e o fim do imperialismo português produziram na forma e conteúdo de romances escritos sobre o tema, publicados depois de 1975 em Angola, e em que medida isso pode ter afetado as concepções sobre nacionalismo e identidade do povo angolano?

A crise identitária vivida pelos sujeitos e nações se reflete não apenas nos narradores e personagens, mas na própria composição do romance, gênero de produção ainda bastante incipiente no país, à época da independência. No caso angolano, os gêneros mais praticados e publicados eram conto e poesia, tendo Angola uma relação muito recente com a produção, publicação e circulação do gênero romanesco, que é espelho dos sujeitos (empíricos e ficcionais) não apenas no plano do conteúdo, mas também da forma. Muito diferente do modelo ocidental, o romance burguês, cuja narrativa é centrada em sujeitos e seus problemas individuais; a nação é a protagonista, sendo os personagens metáforas e metonímias da realidade política e cultural.

A crítica pós-colonial é um dos caminhos teóricos para a análise do romance angolano corpus deste trabalho: *Mayombe* (2013) de Pepetela. Para Homi Bhabha, essa perspectiva “é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo” (BHABHA, 2013: 276).

O caráter performativo das narrativas contemporâneas dos países da África lusófona pode ser analisado a partir das concepções identitárias de povo-nação formuladas por Bhabha. Segundo o autor

nação preenche o vazio deixado pelo desenraizamento de comunidades e parentescos, transformando esta perda na linguagem da metáfora. A metáfora, como sugere a etimologia da palavra, transporta o significado de casa e de

sentir-se em casa através da meia-passagem ou das estepes da Europa Central, através daquelas distâncias e diferenças culturais, que transpõem a comunidade imaginada de povo-nação (BHABHA, 2013: 228).

Para o crítico, “A cultura como estratégia de sobrevivência é tanto transnacional como tradutória. Ela é transnacional porque os discursos pós-coloniais contemporâneos estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural” (BHABHA, 2013: 277). Os deslocamentos são marcas dos narradores e personagens do romance.

Pepetela é pseudônimo de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, angolano de família portuguesa, nascido em Benguela, mas que obteve formação universitária em Portugal. Em 1961 passou a integrar o MPLA, fator que influenciou determinadamente sua obra *Mayombe*, que narra a trajetória de um grupo de guerrilheiros do Movimento em conflito com tropas portuguesas na floresta que dá título ao romance. Escrito durante a vivência como guerrilheiro, o livro já reflete o que se tornaria Angola depois da independência: uma nação marcada pelas diferenças étnicas e políticas que culminariam na guerra civil.

De acordo com o historiador Éric Hobsbawm, a ideia que, modernamente, temos de nação se construiu a partir de 1925. Ele alude ao *New English Dictionary* que, em 1908, atribuía ao termo um significado ligado à unidade étnica, apesar de posteriormente estar mais próximo da ideia de independência e unificação política. Acrescenta ainda que na era das revoluções, o conceito de nação estava ligado a algo uno e indivisível, “o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (HOBSBAWM, 2013: 32). A Angola narrada por Pepetela está bem distante de ser concebida como una e indivisível. *Mayombe* é um romance que, além de outros fatores, aborda conflitos devidos às diferenças étnicas entre seus personagens oriundos de grupos variados como kikongos, umbundos, quimbundos, cabindas; com culturas, línguas, tradições bem específicas, além de mestiços marcados pela discriminação racial. Porém o material trabalhado por Hobsbawm para elaborar sua pesquisa sobre nações e nacionalismos contempla a concepção europeia de Estado-Nação, o que difere da organização política e social das diferentes nações da África.

A concepção de indivisibilidade só se construiria a partir do que Benedict Anderson cunhou como comunidade imaginada, estando a nação portuguesa

bem mais próxima de uma nação imaginada do que Angola, que desde antes da presença do colonizador era um território dividido em várias nações caracterizadas, inclusive, por línguas diferentes. Em *Comunidades imaginadas* (2008), Anderson aponta a literatura como um dos produtos culturais do nacionalismo, e o romance como gênero de projeção da construção imaginada de comunidade.

Em 11 de novembro de 1975, Angola nasce como uma nação livre, presidida pelo poeta Agostinho Neto. A literatura angolana passa, a partir desse momento, como escreve Carlos Ervedosa, “a dar os seus primeiros frutos em liberdade, tal como o imbondeiro secular que, findos os anos de seca, se prepara, em plena floração, para dar as suas mais belas e saborosas múkuas” (ERVEDOSA, 1985: 155). É dessa Angola livre que surgem romances como *Mayombe*.

O romance e as concepções de identidade

A literatura, mesmo quando se propõe a ser porta-voz de anseios coletivos, constitui-se como produto de subjetividades que, propensas à influência de outras fontes, criam malhas textuais e intertextuais que expressam a maneira como refletem sobre a realidade. Como produto de sujeitos empíricos, o romance evolui de acordo com a evolução dos sujeitos criadores que, por sua vez, são parte do processo por que passa a sociedade em que se encontram. Por mais visionário que fosse um escritor do século XVI, dificilmente sua obra refletiria a mentalidade do século XX. O mais retrógrado e conservador do século XXI dificilmente conseguiria ocultar nas malhas de sua ficção os discursos ideológicos e estéticos de sua época, mesmo que deles não compactue. Ainda que não queira ou admita, o escritor será sempre produto (não no sentido passivo do termo) de sua época.

O romance é um *corpus* ficcional de relevância para a compreensão das mudanças sofridas pelo homem ao longo do processo histórico, principalmente o romance histórico. Seus personagens se apresentam como testemunhas de tais mudanças, mesmo que ficcionalizadas. Os personagens de *Mayombe* encontram-se no território da ficção, o que não os distancia do que se pode contar acerca dos fatos oficialmente registrados pela história.

Segundo o filósofo Ian Watt “Os nomes próprios têm exatamente a mesma função na vida social: são a expressão verbal da identidade particular de

cada indivíduo. Na literatura, contudo, foi o romance que estabeleceu essa função” (WATT, 2010: 6). *Mayombe* é uma obra que não se volta para questões individualizantes. O autor utiliza uma estratégia semiótica que oferece ao leitor a oportunidade de realizar inferências para compreensão da identidade dos personagens e seu papel na história: eles são desprovidos de seus nomes de origem e adquirem epítetos genéricos, sem que haja a intenção de que isso se traduza no espírito universalista do herói da epopeia clássica. Os apelidos servem para designar a identidade ligada à função que o soldado desempenha no grupo:

Sem Medo, guerrilheiro de Henda. Antes chamava-se Esfinge, ninguém sabia por quê. Quando foi promovido a Chefe de Secção, os guerrilheiros deram-lhe o nome de Sem Medo, por ter resistido sozinho a um grupo inimigo que atacara um posto avançado, o que deu tempo a que a Base fosse evacuada sem perdas. Uma das muitas operações em que rira do inimigo, sobre ele lançando balas, gracejos e insultos (PEPETELA, 2013: 17).

Segundo Watt, “Locke definiu a identidade pessoal como uma identidade de consciência ao longo de um período no tempo; o indivíduo estava em contato com sua identidade contínua através da lembrança de seus pensamentos e atos passados” (WATT, 2010: 22).

Os cinco capítulos do romance de Pepetela são narrados em terceira pessoa, mas com a intervenção de narradores em primeira pessoa que, ao longo dos capítulos, assumem-se como sendo o narrador. São eles: Teoria, Milagre, Lutamos, André, Sem Medo, Chefe de Operações, Chefe do Depósito, Muatiãnvua, Mundo Novo. Cada qual imprime não apenas sua perspectiva acerca das ações que protagonizam conferindo a autenticidade de que trata Watt, mas complementam os relatos da experiência coletiva com a rememoração e atualização do passado e dos acontecimentos que os conduziram à condição presente. “EU, O NARRADOR, SOU TEORIA. Nasci na Gabela, na terra do café. Da terra recebi a cor escura do café, vinda da mãe, misturada ao branco defunto do meu pai, comerciante português” (PEPETELA, 2013: 14).

Bem diferente do homem europeu dos romances aludidos por Watt, exemplar ainda de uma representação supostamente estável de sujeito em termos identitários; os personagens de *Mayombe* apresentam conflitos ligados à origem linguística, religiosa, ideológica, étnica, política.

Verifica-se, por exemplo, toda uma influência do discurso marxista, que não se origina nem da cultura portuguesa, tampouco da angolana, mas da formação política do autor, da presença de russos e chineses que apoiavam o movimento de guerrilha do MPLA e da experiência que soldados como Mundo Novo obtiveram estudando na Europa: “Mundo Novo está a pensar na Europa e nos seus marxistas-leninistas” (PEPETELA, 2013: 25). Não se pode ignorar na feitura desse romance a formação marxista do autor, menos ainda o fato de ele ter vivenciado o cotidiano guerrilheiro do Movimento, mesmo que não tenha escrito uma obra com configurações autobiográficas. Os personagens de Pepetela não podem ser lidos como sujeitos resultantes do hibridismo português / angolano ignorando todas as outras linhas que os atravessam, inclusive as idiosincrasias de cada nação dentro de Angola.

***Mayombe* e a pluralidade das nações**

Em “Desestabilizando o discurso competente”, Sônia Torres, ao se referir à postura dos ingleses, antigo império, frente ao imperialismo “sem colônia” dos EUA, afirma que “pensar a nação como uma totalidade homogênea se revela igualmente falacioso, uma vez que ela é constituída de culturas heterogêneas” (TORRES, 1996: 181). Por mais que a autora esteja se referindo à situação inglesa, é possível pensar a condição de Angola sob a mesma ótica. O caso angolano é ainda mais evidente do que o inglês, já que a concepção de nação supostamente unificada só passa a imperar a partir da independência, em 1975. Os angolanos, porém, não negaram a multiplicidade de nações que compõem seu território, sendo a ilusão de homogeneidade uma herança da cultura europeia. Nem mesmo a língua, sempre associada aos nacionalismos europeus e motivo de orgulho e de discriminação (aos não falantes), pode ser considerada um fator de unidade. O português como língua oficial foi também uma imposição e herança da colonização, convivendo com várias outras línguas faladas por diferentes grupos étnicos.

Seguindo ainda a argumentação de Torres:

A nação torna-se uma forma social liminar de representação, um espaço marcado internamente pela diferença cultural e pelas histórias heterogêneas de povos conflitantes, autoridades antagonistas e espaços culturais em constante tensão (TORRES, 1996: 182)

A ilusão de unidade homogênea, na qual os povos europeus viveram sob suas nações e tentaram estender às muitas de suas colônias, converge para uma ignorância das manifestações culturais híbridas que marcam os povos que mantêm contatos prolongados de forma voluntária ou impositiva com outras culturas.

“O hibridismo aparece como estratégia crítica, ao invés de simples apropriação ou adoção de uma estética; ele assume um movimento que busca modificar conceitos da nação como organismo fechado e coeso” (TORRES, 1996: 183). O hibridismo se verifica na língua, na arte, na cultura de modo geral e é resultado da experiência colonial como já assinalou a crítica Ana Mafalda Leite (2012). No que concerne à identidade étnica do indivíduo, nota-se, porém, a dificuldade que o mestiço angolano, etnicamente híbrido, tem para se sentir inserido ou aceito; condição em que se encontra, por exemplo, o personagem Teoria, como se pode verificar nos trechos abaixo:

Perdi Manuela para ganhar o direito de ser ‘talvez’, café com leite, combinação, híbrido, o que quiserem. (...) Criança ainda, queria ser branco, para que os brancos me não chamassem negro. Homem, queria ser negro, para que os negros me não odiassem (PEPETELA, 2013: 18).

Ser mestiço, no contexto do romance, é, por vezes, motivo de desconfiança e discriminação assim como o fato de pertencer a tribos diferentes, fato que se evidencia neste outro fragmento:

O comandante é kikongo; embora ele tenha ido pequeno para Luanda, o certo é que a sua família veio do Uíje. Ora, o fiote e o kikongo são parentes, é no fundo o mesmo povo. Por isso ele estava tão furioso por se ter roubado um dos seus primos. Por isso ele protege Lutamos, outro traidor. E viram a raiva com que ele agarrou o Ingratidão? Por quê? Ingratidão é kimbundo, está tudo explicado (PEPETELA, 2013: 47).

Essa fala do personagem Milagre sobre Lutamos e Ingratidão denota a divisão interna entre os soldados angolanos devido às diferenças étnicas, fator que contribui mais uma vez para a negação de qualquer tentativa de pensar Angola como modelo ocidental de nação, ratificando a inadequação do termo “lusófono”, a menos que o adjetivo se refira apenas ao fato de ser o Português a língua oficial do país. No fragmento, percebe-se também a manifesta-

ção do que Kwame Anthony Appiah (1997) conceituou como racismo intrínseco.

Appiah diferencia racismo de racialismo. Para ele, este atua com a visão de que há características hereditárias de integrantes de uma mesma espécie, permitindo a divisão num conjunto pequeno de raças de maneira que “todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça” (APPIAH, 1997: 33). Essas características hereditárias vão além dos aspectos morfológicos caracterizando certa visão essencialista de raça. Ele estabelece uma diferença entre dois tipos de racismo: o extrínseco e o intrínseco. Consoante essa diferenciação “os racistas extrínsecos fazem distinções morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes” (APPIAH, 1997: 33). Esse grupo acredita que membros de diferentes raças possuem aspectos que justificariam a discriminação. É o caso, por exemplo, dos sul-africanos brancos que se beneficiam de privilégios sociais em função de sua raça. Para o autor, “Muitos de nós somos incapazes de abandonar crenças que desempenham um papel na justificação das vantagens especiais que auferimos de nossas posições na ordem social.” (APPIAH, 1997: 34).

Os racistas intrínsecos “são pessoas que estabelecem diferenças morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que cada raça tem um status moral diferente, independentemente das características partilhadas por seus membros” (APPIAH, 1997: 35). Para o racista intrínseco, o fato de pertencer a uma mesma raça é razão suficiente para o estabelecimento de preferência. Para esse racista nenhuma prova da capacidade moral ou intelectual de um membro de outra raça seria motivo para conferir-lhe um tratamento que seria privilégio apenas aos da sua raça de origem.

Os exemplos de *Mayombe* podem ser lidos, portanto, como caso de racismo intrínseco que, no contexto da obra, expressa o corporativismo do capitão em relação aos kikongos.

O filósofo acrescenta ainda: “o discurso da solidariedade racial costuma expressar-se através da linguagem do racismo intrínseco, enquanto os que usaram a raça como base da opressão e do ódio apelaram para ideias racistas extrínsecas” (APPIAH, 1997: 38). Essa perspectiva é importante para refletir acerca da ação dos brancos europeus sobre os negros africanos.

Apesar das diferenças entre os povos do território angolano, havia o ponto comum que era o objetivo de derrotar o exército português e conquistar a independência, além da apropriação do idioma do colonizador como língua oficial para todo o território, impedindo que a adoção de um idioma local como oficial e imposto aos demais provocasse mais conflito. Portanto, a língua como fator de identificação de uma nacionalidade não convinha como elemento de identificação da nacionalidade do negro africano, sendo a apropriação do idioma do colonizador de função mais pragmática e política do que identitária.

Chinua Achebe, citado por Appiah, defende que o escritor possui a tarefa de “estimular a criação de uma identidade africana” (Achebe *apud* APPIAH, 1997: 112). A essa defesa acrescenta Appiah que as reflexões dos ficcionistas são o melhor ponto para a articulação da identidade africana pelos intelectuais, citando o escritor nigeriano Wole Soyinka como nome representativo de uma literatura com vigor para que tal tarefa se desenvolva. É possível concordar com Appiah sobre a ideia de que a literatura, principalmente o romance, é o melhor caminho de entrada para uma reflexão sobre a identidade devido à abrangência de seu universo. Minha discordância se instaura, porém, quando Achebe cogita a possibilidade da criação de uma identidade africana.

A tentativa de estabelecer um único modelo de identidade africana, mesmo que tecido pelos próprios intelectuais e escritores do continente, implica incorrer em equívoco semelhante ao do europeu: o da homogeneização. Não se pode ignorar o fato de muitos intelectuais da África terem tido formação em universidades europeias, sendo chamados pelo próprio Appiah de “eurófonos”. Como firmar um modelo de identidade que atenda às idiossincrasias de um país como Angola comparando-se com outros como Marrocos ou Egito, por exemplo?

Tal tentativa traz em si os mesmos riscos e equívocos apontados por Edward Said (2007) em seu estudo sobre o Orientalismo. A mesma imagem mítica e exótica que se teceu acerca do Oriente amplamente criticada por Said também se aplica à forma eurocêntrica como o mundo sempre enxergou e interpretou a África. Assim como há os orientalistas, africanistas espalham-se elaborando cada qual sua versão sobre África e o africano.

Sobre esse aspecto, é relevante destacar o papel desmistificador que a circulação de romances de diferentes autores africanos tem propiciado. Escrito-

res como Pepetela e Ondjaki (Angola), Paulina Chiziane (Moçambique), Chimamanda Ngozi Adichie (Nigéria), dentre inúmeros outros que tornariam a lista extensa, expõem ao leitor a história, a cultura, a política, o cotidiano de seus países com o olhar de quem neles viveu ou ainda vive, mesmo que transitando em paragens estrangeiras.

Diferente do que afirma Gayatri Chakravorty Spivak (2014), o subalterno pode falar e não deixa de o ser porque fala. Mesmo premiados e lidos, esses autores continuam sendo criticados tendo como objeto de comparação o referencial europeu, ou são citados dentro de uma categoria específica. Em notas editoriais e blogs literários é comum ler que *Terra sonâmbula* de Mia Couto é considerado um dos melhores romances *africanos* do século XX. Por que não apenas um dos melhores romances do século XX?

A capacidade literária dos negros sempre foi negada. Kant e Hegel os consideravam incapazes de produzir o que concebiam como “belo”. E não se trata apenas da capacidade dos negros, mas do africano em geral (Mia Couto é um africano branco). O africano, mesmo sendo branco, pertencerá, assim como os escritores brasileiros, à categoria dos que advêm de um território “subdesenvolvido”, portanto necessitado das concessões benevolentes da cultura eurocêntrica habituada a ser chamada de universal. Esse posicionamento não implica ignorar que o escritor africano negro está muito mais sujeito ao silenciamento do que o branco. Spivak denuncia a condição do sujeito feminino que seria duplamente subalterno. O escritor negro da África também: por ser negro e africano.

Pepetela não se encontra na condição de negro, mas de africano. Portanto, escreve de um local cuja literatura dificilmente seria chamada de universal. Será o “melhor romance”, ou “melhor escritor” dentre os africanos, como se pertencesse a uma categoria à parte dentro do heterogêneo campo das literaturas das diferentes nações do mundo.

O romance de Pepetela se encontra inserido no que se convencionou chamar literatura pós-colonial. Mais do que celebrar a nação, os romances da considerada fase pós-colonial rejeitam o imperialismo ocidental, porém não deixando de rejeitar também “o projeto nacionalista da burguesia nacional pós-colonial” (APPIAH, 1997: 213). Segundo Appiah, o compromisso dos romancistas pós-coloniais africanos já não é a nação, ou um antigo tradicionalismo, mas a África e seu povo.

Angola e seu povo são os protagonistas do romance, escrito ainda durante a guerra, mas publicado somente após, e que já traz fortes críticas ao que se tornaria o país depois da independência: uma nação não apenas plural, mas também dividida politicamente.

De acordo com Appiah:

A ‘raça’ nos incapacita porque propõe como base para a ação comum a ilusão de que as pessoas negras (e brancas e amarelas) são fundamentalmente aliadas por natureza e, portanto, sem esforço; ela nos deixa despreparados, por conseguinte, para lidar com os conflitos ‘intra-raciais’ que nascem das situações muito diferentes dos negros (e brancos e amarelos) nas diversas partes da economia e do mundo (APPIAH, 1997: 245).

O conflito entre angolanos de diferentes nações, em *Mayombe*, é um retrato dessa realidade. Para o filósofo, as identidades são complexas e múltiplas, florescem a despeito de nosso desconhecimento de suas origens e

que não há, por conseguinte, muito espaço para a razão na construção – em contraste com o estudo e a administração – de identidades. Assim, para aqueles que atribuem uma centralidade a essas ficções em nossa vida é tentador deixar a razão para trás: celebrar e endossar as identidades que, no momento, parecem oferecer a melhor esperança de promover nossos outros objetivos, e silenciar sobre as mentiras e os mitos (APPIAH, 1997: 248).

É impossível refletir sobre nação sem vincular a discussão às questões identitárias que o nacionalismo implica, sendo o romance um agenciamento literário capaz de abranger as diferentes nuances imbricadas nessas questões complexas demais para que se desenvolvam neste trabalho. Entretanto cabe uma pergunta: a quem servem as delimitações identitárias e de nação, quando tais delimitações dividem povos em momentos em que urge da parte deles união incondicional como a luta em torno de uma causa comum? O excerto abaixo mostra a dúvida dos soldados sobre voltar ou não para socorrer um outro que ficara para trás, e a dúvida decorre da origem étnico-cultural, pois o personagem, por ser “destribilizado”, encontra-se numa espécie de desterritorialização:

Ninguém se queria oferecer, porque Muatiânvua é um destribilizado. Fosse ele kikongo ou quimbundo e logo quatro ou cinco se ofereceriam... Quem foi?

Lutamos, que é cabinda, e Ekuikui, que é umbundo. Uns destribilizados como ele, pois aqui não há outros cabindas ou umbundos.... É assim que vamos ganhar a guerra? (PEPETELA, 2013: 53)

Não há por parte dos personagens a consciência continental de ser africano, tampouco angolano, mas a consciência tribal, que serve de fator de discriminação entre eles.

Recorrendo novamente ao pensamento de Appiah:

“Africano” certamente pode ser uma insígnia vital e capacitadora; mas, num mundo de sexos, etnicidades, classes e línguas, de idades, famílias, profissões, religiões e nações, mal chega a surpreender que haja ocasiões em que ela não é o rótulo de que precisamos (APPIAH, 1997: 251).

Para o autor, quem nega as verdades biológicas ou ficcionais da raça é taxado pelos nacionalistas como um genocida ou destruidor das nações. A negação ou afirmação da existência das raças pode atender a interesses bem distintos.

Considerações finais

Diante das questões apresentadas no decorrer deste estudo sobre nação e identidade em *Mayombe*, é possível tecer uma afirmação: assim como nação, identidade é um constructo ficcional, tão ficcional quanto o conteúdo das obras literárias. Afirmar tal ficcionalidade está longe de qualquer perspectiva depreciadora ou necessariamente negativa. Compreender tais conceitos como construções históricas, sociais, políticas e culturais; não essencialistas, iminentes, autogeradas ou naturais pode ser uma forma de enfrentamento às diferentes estratégias de discriminação ou políticas de exclusão de povos e indivíduos cuja identidade nacional ou individual não se enquadra dentro de ficções hegemônicas, menos pelas possibilidades de adaptação do que por interesses de ordem político-econômica.

Bibliografia

APPIAH, Kwame Anthony (1997). *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto.

- BHABHA, Homi (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- HOBSBAWM, Eric (2013). *Nações e nacionalismos desde 1780*. 6.^a ed. São Paulo: Paz e Terra.
- LEITE, Ana Mafalda (2012). *Oralidade e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- PEPETELA (2013). *Mayombe*. Rio de Janeiro: Leya.
- SAID, Edward (2007). *Orientalismo*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Tomaz Tadeu (2004). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* 3.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2014). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- TORRES, Sônia (1996). *Desestabilizando o discurso competente: o discurso hegemônico e as culturas híbridas*. “Gragoatá”. 1. Niterói: EDUFF, pp. 170-190.
- WATT, Ian (2010). *Ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras.